

SANKOFA E DIÁLOGOS DE RAIZ¹

revisitar para avançar: letramento racial e conexões afro-brasileiras

SANKOFA AND ROOT DIALOGUES

revisiting to move forward: racial literacy and afro-brazilian connections

Vivian Cardoso dos Santos²

Marcos Abraão Ribeiro³

Sérgio Rangel Risso⁴

RESUMO

Neste relato de experiência, apresentamos a atividade de Extensão desenvolvida pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do Instituto Federal Fluminense, campus Campos Centro, realizada entre os meses de junho e julho de 2024. A ação foi conduzida por alunos, uma bolsista, uma voluntária e pelos docentes coordenadores do Núcleo. O quadro *Diálogos de Raiz* é uma iniciativa educativa e informativa promovida pelo NEABI por meio da produção e veiculação de vídeos na rede social Instagram. O objetivo é introduzir os seguidores da página, por meio de vídeos curtos, a informações relacionadas ao letramento racial. A proposta busca oferecer aos seguidores da página uma abordagem crítica sobre temas que envolvem relações étnico-raciais, com linguagem acessível e formato simplificado. Para realizar as ações, utilizamos estratégias baseadas no conceito de *Sankofa*, símbolo que enfatiza a importância de lembrar a história afro-americana e afro-brasileira, aprendendo com os erros do passado para evitar repeti-los e adquirir conhecimento e sabedoria para o futuro. Como referencial teórico, utilizamos as obras de Silvio Almeida, Jessé Souza e Muniz Sodré, que sustentam que o racismo é um dilema do país, e, conjuntamente, a obra de Schumann, por meio da qual sustentamos a centralidade do letramento racial como medida para combatê-lo. Os resultados iniciais apontam para um aumento expressivo no alcance e no número de seguidores do perfil do NEABI, principalmente entre estudantes e professores, os quais interagem ativamente e compartilham os conteúdos. Tal engajamento inicial destaca a relevância do quadro no combate ao racismo por meio do letramento racial.

1 Trabalho originalmente apresentado na **XVI Mostra de Extensão UENF, UFF, IFF e VIII UFRRJ**, realizada em Campos dos Goytacazes, RJ, de 21 a 24 de outubro de 2024.

2 Instituto Federal Fluminense (IFF) – Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil. Graduanda em Teatro pelo IFF. E-mail: viviancardsantoss@gmail.com.

3 Instituto Federal Fluminense (IFF) – Campos dos

Goytacazes, RJ, Brasil. Doutor em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil.

4 Instituto Federal Fluminense (IFF) – Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil. Mestre em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil.

Palavras-chave: Diálogos de raízes; Sankofa; Racismo; NEABI; Letramento racial.

ABSTRACT

In this experience report, we present the Extension activity developed by the Center for Afro-Brazilian and Indigenous Studies (NEABI) of the Instituto Federal Fluminense Campos Centro campus, carried out between June and July 2024. The action was led by students, a scholarship holder, a volunteer and the coordinating teachers of the Center. "Roots Dialogues" is an educational and informative initiative promoted by NEABI through the production and broadcasting of videos on the social network Instagram. The goal is to introduce the page's followers to information related to Racial Literacy through short videos. The proposal seeks to offer the page's followers a critical approach to topics involving ethnic-racial relations, with accessible language and a simplified format. To carry out the actions, we use strategies based on the concept of *Sankofa*, a symbol that emphasizes the importance of remembering african-american and afro-brazilian history, learning from past mistakes to avoid repeating them and acquiring knowledge and wisdom for the future. As a theoretical framework, we use the works of Silvio Almeida, Jessé Souza, and Muniz Sodré, who argue that racism is a dilemma for the country, and, together, the work of Schuman, through which we support the centrality of racial literacy as a measure to combat it. Initial results indicate a significant increase in the reach and number of followers of NEABI's profile, especially among students and teachers, who actively interact and share the content. This initial engagement highlights the relevance of the framework in combating racism through racial literacy.

Keywords: Roots dialogues; Sankofa; Racism; NEABI; Racial literacy.

INTRODUÇÃO

O quadro *Diálogos de Raiz* é uma iniciativa educativa e informativa promovida pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF), campus Campos Centro, por meio da utilização de ferramentas tecnológicas e mídias sociais, como o Instagram, através de vídeos, para fomentar debates e reflexões. O objetivo é introduzir os seguidores do núcleo ao letramento racial, abordando os temas afro-brasileiros, além de explorar as questões emergentes dessa temática na sociedade con-

temporânea. Com o intuito de ampliar sua presença nos meios de comunicação digitais e fortalecer o diálogo com a comunidade, o NEABI idealizou, de forma coletiva, a proposta de um quadro digital para o Instagram. A iniciativa surgiu não apenas como uma estratégia de visibilidade nas mídias sociais, mas também como uma ferramenta para agregar conhecimento, instigar a criticidade e promover trocas de saberes entre aqueles que acompanham o perfil⁵. O quadro se configurou como um espaço de interação e compartilhamento, no qual a construção do conheci-

⁵ Disponível em: https://www.instagram.com/neabi_iffcentro/. Acesso em: 15.08.2025.

mento se dá de maneira mútua, abrangendo diversas áreas e perspectivas.

A proposta também visa a ampliar o público que acompanha as ações do NEABI, com o intuito de criar uma rede sólida de debates e trocas de informações, fundamentada na representatividade e no aprofundamento das questões étnico-raciais. Dessa forma, o *Diálogos de Raiz* não apenas busca promover a conscientização, mas também incentivar a ação coletiva de modo a contribuir para a formação de uma comunidade engajada e informada sobre as causas e lutas da população afro-brasileira. A ação foi testada entre os meses de junho e julho de 2024, período em que se consolidou a estrutura inicial e as dinâmicas de publicação. A experiência obteve resultados satisfatórios, já que conseguiu cumprir o objetivo de aproximar o NEABI do público, através do estímulo à reflexão e ao engajamento por meio das redes sociais. Destarte, o presente relato de experiência expõe de forma objetiva a estrutura do quadro, os processos que nortearam sua criação, os resultados alcançados e, por fim, as reflexões e conclusões acerca da experiência.

Para realizar os *Diálogos de Raiz*, estabelecemos como referenciais teóricos trabalhos em torno do racismo no Brasil e do letramento racial. Dessa forma, nossa proposta ganhou em densidade teórica, uma vez que foi possível demarcar o racismo como um dilema real da sociedade brasileira moderna e a relevância decisiva das ações de letramento racial como mecanismo de atuação antirracista no país. Buscando alcançarmos os objetivos, dividimos o relato em duas partes, somadas a esta introdução e às considerações finais. Na primeira, enfatizamos a abordagem histórica do racismo no Brasil, sua importância central como categoria analítica, por meio da exposição dos elementos das interpretações de Jessé

Souza, Muniz Sodré e Silvio Almeida sobre o tema. Em seguida, trazemos o letramento racial como medida efetiva de enfrentamento do racismo no país. Na segunda parte, por sua vez, apresentamos os resultados dos *Diálogos de Raiz* realizados pelo NEABI.

2. O CONCEITO DE RACISMO E SUA CENTRALIDADE PARA COMPREENSÃO DO BRASIL

O tema do racismo tem abordagem longa e complexa entre os intelectuais brasileiros, tendo implicações fortes na sociedade até o momento em que foi considerado como um problema teórico e analítico, como observamos, por exemplo, nas abordagens de Silvio Almeida (2021), Jessé Souza (2021) e Muniz Sodré (2023). No século XIX, com a geração de 1870, o racismo científico chega ao país em um momento em que essa abordagem estava sendo superada na Europa, sobretudo pela interpretação levada a cabo pela Antropologia Cultural. No país, todavia, o racismo científico vai ser difundido por autores como Nina Rodrigues e Sílvio Romero para explicar, de forma determinista, o atraso brasileiro (Schwarcz, 2008). Como doutrina científica, o racismo ainda encontrou continuidade nas primeiras décadas do século XX, com autores como Oliveira Viana (1938), que, ao apontar o suposto atraso civilizatório do país em razão da junção de raças consideradas “naturalmente” desiguais, defendia uma solução de caráter eugênico: o caldeamento do brasileiro mestiço, a fim de que, em um futuro, se formasse um povo racialmente “positivo”, isto é, branco. A ideologia racista, no lugar de produzir uma efetiva interpretação dos dilemas brasileiros e do seu povo, teve um papel crucial como mecanismo estigmatizante das heranças indígena e, sobretudo, africana. Como consequência, foi uma ideologia decisiva para que não ti-

véssemos um povo do qual pudéssemos nos orgulhar enquanto nação.

Com a obra de Gilberto Freyre nos anos 1930, por sua vez, a leitura racista do Brasil foi superada, uma vez que a interpretação culturalista do sociólogo pernambucano foi de encontro aos pilares centrais do racismo científico, como a “natural” inferiorização de indígenas e africanos. Contudo, a obra freyriana teve uma consequência ambivalente. Por um lado, representou um papel fundamental para superar a leitura racista e formular a narrativa histórica que foi decisiva para que tivéssemos uma identidade nacional da qual pudéssemos nos orgulhar:

Coube a ele (Gilberto Freyre), como vimos, sintetizar e dar poder de convencimento à ideia do brasileiro não mais como último povo da Terra, dado seu caráter mestiço, mas também operar uma transformação valorativa do mestiço, tornando-o símbolo positivo de uma cultura supostamente aberta, assimiladora e receptiva (Souza, 2021, p. 227).

Por outro lado, teve papel preponderante para a reprodução da tese segundo a qual teríamos formado uma sociedade baseada em democracia social e étnica⁶, isto é, pela democracia racial. Em decorrência de uma sociedade supostamente isenta de conflitos raciais, foi estabelecido no Brasil, entre os anos de 1951 e 1952, o Projeto Unesco de Relações Raciais, que tinha como fim apresentar as

relações raciais “positivamente estabelecidas no Brasil”⁷. De acordo com Ianni (2004, p. 9):

A hipótese de que o Brasil seria ou era uma democracia racial foi adotada com muito entusiasmo e a proposta era apresentar dados substantivos que comprovassem essa tese. Aliás, vários estudos feitos por norte-americanos e por alguns brasileiros seguiam na mesma direção. Ou seja, de que no Brasil havia preconceito de classe e de que o preconceito racial era apenas um ingrediente do preconceito de classe, tese decorrente de análises oriundas das obras de Gilberto Freyre. E que, inclusive, tem uma raiz no trabalho que Donald Pierson realizou na Bahia.

A partir dos trabalhos derivados do Projeto UNESCO, a democracia racial demonstrou-se, efetivamente, um mito. Mesmo com as interpretações críticas sobre as relações raciais no país, as categorias analíticas presentes nas produções das décadas de 1950 e 1960 eram preconceito de cor e preconceito racial, caracterizados como derivações da sociedade escravista. Como decorrência, o racismo não era categoria analítica nessa relevante produção sobre as relações raciais no Brasil. De acordo com Guimarães (2004, p.24),

- a geração dos anos 1950 e os seus discípulos nos anos 1960 estudaram e discutiram o preconceito de cor e o preconceito racial, mas não trataram de racismo. Isso porque o racismo era entendido apenas como doutrina ou ideologia política. A expectativa geral era de que o preconceito existente seria superado paulati-

6 De acordo com Guimarães (2004, p. 12): “Pois bem, Gilberto Freyre promove uma verdadeira revolução ideológica no Brasil moderno ao encontrar na velha, colonial e mestiça cultura luso-brasileira nordestina a alma nacional. Ethos esse que logo ganhará, em seus escritos políticos, a partir de 1937, o nome de “democracia social e étnica”, por oposição à democracia política da América do Norte e dos ingleses”.

7 De acordo com Chor Maio (1999, p. 141): “Nos anos de 1951 e 1952, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) patrocinou uma série de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil. As investigações foram desenvolvidas em regiões economicamente tradicionais, como o Nordeste, e em áreas modernas localizadas no Sudeste, tendo em vista apresentar ao mundo os detalhes de uma experiência no campo das interações raciais julgada, na época, singular e bem-sucedida, tanto interna quanto externamente”.

namente pelos avanços e pelas transformações da sociedade de classes e pelo processo de modernização.

O racismo enquanto categoria analítica para demarcar a sociedade brasileira moderna como racista, por sua vez, tem sua primeira utilização com Carlos Hasenbalg⁸ (1979). Mesmo com a importância da obra do sociólogo argentino, o que predominava no debate público e na academia era a ideia de que o Brasil seria o país da democracia racial, isto é, do país que, diferentemente dos Estados Unidos, não teria conflitos raciais efetivos, mas apenas desigualdades de fundo socioeconômico. Esse senso comum que se tornou doxa teria sido um dos pilares, por exemplo, para a grande resistência à implantação de ações afirmativas na educação no início da década de 2000.

Com o trabalho de Silvio Almeida, o racismo novamente é visto como um problema efetivo da sociedade brasileira, agora numa roupagem predominantemente voltada para o grande público. Antes de prosseguirmos, contudo, é necessário frisar que a abordagem teórica sobre o racismo não se restringe aos trabalhos que mobilizamos como referências para a realização da atividade de Ex-

tensão do NEABI, como é o caso de Almeida. Assim, é fundamental demarcar a importância dos trabalhos⁹ de Lélia Gonzalez (1984), Sueli Carneiro (2023), Abdias Nascimento (1978), Clóvis Moura (1988), Cida Bento (2022) e Nilma Lino Gomes (2017) que, cada qual ao seu modo, desconstruíram o mito da democracia racial e apresentam o racismo como um dilema central da sociedade brasileira moderna. Retomando o argumento, ao contrário da democracia racial, com um trabalho voltado para o grande público, Almeida fez com que o Brasil se tornasse o país do racismo estrutural, categoria decisiva para que a ideologia da sociedade sem racismo fosse relegada aos setores mais conservadores e reacionários da sociedade, como foi possível observar durante o governo de extrema direita do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Almeida apresenta de forma bastante didática os conceitos de preconceito, discriminação e racismo, expondo suas especificidades, diferenças e a ligação entre eles, uma vez que o racismo se materializa como discriminação racial (Almeida, 2021). O autor também expõe três formas de racismo – individualista, institucional e estrutural – os quais demonstrariam as relações do racismo com a subje-

8 Sobre a importância da abordagem de Hasenbalg, Guimarães (2004, p. 26) argumenta: “Existia, portanto, no começo dos anos 1970, uma certa defasagem teórico-metodológica entre os estudos de relações raciais que se faziam no Brasil e aqueles no resto do mundo, principalmente de língua inglesa. Tal defasagem só começa a ser superada com o livro de Carlos Hasenbalg, *Discriminação e desigualdades raciais*, de 1979. Do mesmo modo, esse livro pode ser também lido, na chave dos movimentos sociais, como a primeira tentativa de introdução do racismo na agenda política da nova esquerda brasileira e do novo marxismo, com a ressalva, entretanto, que, ao contrário do que se passava na Inglaterra ou nos Estados Unidos, será grande a reação a tal tentativa, e que a agenda da luta de classes, e não do racismo, ainda predominará aqui, no Brasil, até recentemente, pelo menos até os anos 1990. Mas vejamos mais de perto as novidades teóricas”.

9 É importante também destacar a importância das reflexões críticas do sociólogo Alberto Guerreiro Ramos ao analisar as interpretações acerca do “problema do negro” na sociologia brasileira: “Observe-se que, em nossos dias, graças ao desenvolvimento econômico e social do país, elementos de cor se encontram de alto a baixo, em todas as camadas sociais, e só em algumas instituições nacionais vigoram ainda fortes restrições para o seu acesso a determinadas esferas. Nestas condições, o que parece justificar a insistência com que se considera como problemática a situação do negro no Brasil é o fato de que ele é portador de uma pele escura. A cor da pele do negro parece constituir o obstáculo, a anormalidade a sanar. Dir-se-ia que na cultura brasileira o branco é o ideal, a norma, o valor, por excelência. E, de fato, a cultura brasileira tem uma conotação clara. Este aspecto só é insignificante aparentemente. Na verdade, merece um apreço especial para o entendimento do que tem sido chamado, pelos sociólogos, de “problema do negro” (Guerreiro Ramos, 1954, p. 22).

tividade, com o Estado e com a economia. A concepção individualista difunde o racismo como atitude individual, isto é, como comportamento patológico ou fora da normalidade, que pode ser remetido a um indivíduo ou determinados grupos isolados (Almeida, 2021). Em decorrência, haveria indivíduos e grupos racistas, mas inexisteria uma sociedade especificamente racista. O argumento de Almeida indica que a concepção institucional do racismo, por sua vez, teve um papel de avanço teórico no campo de estudos das relações raciais, pois a mazela deixa de ser compreendida como fruto de ações individuais e passa a ser entendida como decorrência direta das instituições que, mesmo de forma indireta, estabelecem desvantagens e privilégios baseados em critérios raciais.

A concepção institucional, em que pese ser um significativo avanço em relação à perspectiva individual, possui, no entanto, limitações porque as instituições – e o racismo subjacente – são vinculados a determinada estrutura social, isto é, as instituições não funcionam de maneira totalmente autônoma da ordem social na qual estão vinculadas. De forma simplificada, Almeida argumenta que as instituições racistas são reflexo de uma sociedade também racista:

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção (Almeida, 2021, p. 50).

No Brasil, o racismo seria decorrente de sua estrutura social, que o faz tornar-se regra nas relações sociais, no funcionamento das ins-

tuições e nos comportamentos individuais. Por meio do trabalho de Almeida, racismo estrutural tornou-se uma semântica ambivalente, isto é, tanto categoria analítica quanto instrumento político para a denúncia, compreensão e luta contra uma patologia substancial da sociedade brasileira. Partindo de críticas ao conceito mobilizado por Almeida, Jessé Souza (2021), em contrapartida, propõe o conceito de racismo multidimensional, que seria mais completo e preciso para explicar a formação e reprodução do racismo ao longo do tempo no Brasil. Souza sustenta que proposições como a de Almeida apenas se esforçam para demonstrar que o racismo existe, mas não explicam como ele se estabelece e atua na sociedade. Precisamente, apontar a existência do racismo sem explicá-lo significa, concretamente, desconhecê-lo (Souza, 2021). Como alternativa teórica e analítica, o sociólogo propõe, como afirmamos, o conceito de racismo multidimensional, que representa o núcleo estruturante por meio do qual são produzidas e reproduzidas todas as formas de racismo, isto é, de gênero, de raça, de cultura, de classe (Souza, 2021).

Além de propor a categoria, Jessé Souza tenta reconstruir o conceito, o que não teria sido feito por Silvio Almeida ao mobilizar a categoria racismo estrutural. Para tanto, o sociólogo empreende três esforços para sustentar a superioridade de sua categoria para a explicação precisa de como o “racismo racial” comandaria a sociedade brasileira: 1) ênfase no racismo global e sua transformação em visão de mundo abrangente por meio da atuação do imperialismo informal americano; 2) explicação de como o racismo de classe, sempre ligado ao racismo racial, reproduz-se no Norte e Sul globais; e 3) sustentar que a articulação entre racismo de classe e racismo racial no Brasil permitiu que este comandasse todo o processo de domi-

nação social e política (Souza, 2021, p. 133-4). Através da tripartição analítica proposta pelo sociólogo, seria possível compreender, por exemplo, como a vitória de Jair Bolsonaro em 2018 teve como ponto central o racismo.

Depois de Jessé Souza, o comunicólogo Muniz Sodré (2023) também estabelece críticas à categoria proposta por Silvio Almeida. Sodré tem como objetivo negar a validade teórica do conceito de racismo estrutural e, conjuntamente, sustentar que a categoria forma social escravista, proposta por ele, seria aquela capaz de sustentar de maneira precisa o caráter racista da sociedade brasileira. Para tanto, Sodré recorre a um antigo exercício da intelectualidade brasileira, que é a comparação com a realidade dos Estados Unidos da América. No caso em tela, a comparação com as especificidades do caso estadunidense é central para sustentar que, naquele país, o racismo é, sim, estrutural, ao contrário do Brasil, que teria na categoria forma social escravista o elemento primordial para caracterizar o racismo à brasileira.

De acordo com Sodré, a sociedade escravista tinha o racismo como componente estrutural de organização social e do controle exercido pelas elites. Com a abolição da escravidão e a instituição da sociedade de classes, tivemos a herança da sociedade escravista em um contexto no qual o racismo não era mais estrutural. A sociedade estruturalmente racista teria, portanto, se encerrado, como supra-mencionado, com o término da sociedade escravista, senhorial e patrimonial. Sua herança como forma social escravista fez como que fossem perpetuadas no tempo representações sociais de caráter anacrônico sobre as relações entre brancos e negros, que fez do racismo um imaginário decisivo na sociedade moderna e de classes:

Não é nenhuma estrutura que faz funcionar os mecanismos de discriminação. Sem dúvida alguma, essa palavra tem forte apelo político no ativismo afro, mas o “estrutural” não explica a complexidade do “arraigado” no sentimento racista (Sodré, 2023, p. 49).

Nosso objetivo nesta seção não foi comparar e apresentar uma das concepções como superior ou mesmo correta quando comparada às outras. Apesar de enfatizarmos as críticas ao conceito de racismo estrutural e as diferenças entre os autores, os trabalhos mobilizados por nós como referencial teórico foram fundamentais em dois sentidos complementares, isto é, para justificar acadêmica e politicamente a centralidade do conceito de racismo e as ações de extensão do NEABI em torno do letramento racial. Isso porque Silvio Almeida, Jessé Souza e Muniz Sodré defendem, cada qual ao seu modo, que o Brasil é um país efetivamente racista.

3. LETRAMENTO RACIAL: UMA VISÃO POÉTICA NA LUTA POR UMA SOCIEDADE ANTIRRACISTA

Diante das múltiplas e violentas formas de manifestação do racismo, tanto no Brasil quanto no mundo, nossa primeira motivação para a ação foi buscar formas de enfrentar essas práticas criminosas e, portanto, inaceitáveis dos pontos de vista criminal e moral em qualquer sociedade que se queira democrática e pluralista. Nesse processo de resistência, muitas vezes sem percebê-lo de imediato, introduzimos práticas e reflexões fundamentadas no letramento racial, que se caracteriza como um conjunto de práticas políticas e pedagógicas que visam ampliar a compreensão sobre as estruturas raciais e suas manifestações na sociedade. Este conceito propõe uma reorganização do pensamento social, questionando e desafiando as noções

hegemônicas que sustentam o racismo e a supremacia branca. Introduzido pela antropóloga France Winddance Twine, o conceito surge como uma necessidade urgente de desconstruir as ideias dominantes que perpetuam a valorização da branquitude e a marginalização de grupos raciais não-brancos, chamando à ação práticas transformadoras e uma reorganização do pensamento em torno das relações raciais, da identidade e da justiça social (Twine; Steinbugler, 2003).

No contexto brasileiro, a psicóloga e pesquisadora Lia Vainer Schucman adaptou o conceito, sendo possível encontrar em entrevistas e resumos analíticos de sua obra uma formulação em cinco fundamentos essenciais para o letramento racial: reconhecimento da branquitude; compreensão de que o racismo é um problema atual e não apenas um legado histórico; entendimento de que as identidades raciais são aprendidas; apropriação de uma gramática e de um vocabulário racial; e capacidade de interpretar códigos e práticas racializadas. Embora esses elementos estejam presentes ao longo de sua tese *Entre o 'encardido', o 'branco' e o 'branquíssimo'* (Schucman, 2012), eles não aparecem nela organizados exatamente nessa forma numerada, pois estão distribuídos em capítulos que discutem dimensões distintas da construção da branquitude no Brasil (Schucman, 2012). Nossa intenção neste relato não é apenas apresentá-los conforme a autora, mas também refletir sobre como esses fundamentos impactam nossas vivências e moldam nossas perspectivas sobre a construção de um futuro mais justo e democrático.

3.1. RECONHECENDO A HEGEMONIA DA BRANQUITUDE

Enquanto sujeitos negros e, portanto, marcados pela racialização, atravessamos cotidia-

namente experiências que nos colocam em lugares de subalternidade ou nos fazem duvidar de nossas próprias potências. Reconhecer que a branquitude, mais do que um simples marcador racial, é um sistema histórico de privilégios que organiza e preserva relações de poder, é passo essencial para compreender a engrenagem que sustenta o racismo. Nesse sentido, o seguinte questionamento é fundamental para o reconhecimento da hegemonia da branquitude: *Em que momento você percebeu que a cor da sua pele não era apenas um dado físico, mas uma chave silenciosa que define portas que se abrem e se fecham, olhares que se suavizam ou se endurecem?* Essa tomada de consciência revela que não falamos de episódios isolados, mas de uma lógica persistente que molda de forma ampla a vida social. Tal fundamento nos convida a revisitar nossas memórias e vivências, decifrando as estratégias, explícitas e sutis, pelas quais a branquitude atua para conservar seus privilégios, deixando marcas que, muitas vezes, só reconhecemos tardiamente, gravadas no corpo, na história e na memória coletiva da negritude brasileira.

3.2. COMPREENSÃO DE QUE O RACISMO É UM DILEMA MODERNO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

É fundamental compreender que o racismo não é uma questão do passado, mas uma realidade que persiste e se manifesta cotidianamente nas relações sociais e nas práticas institucionais, isto é, perpassa todas as dimensões da sociedade brasileira contemporânea. Assim, piadas e expressões naturalizadas, por exemplo, perpetuam a desumanização dos corpos negros e refletem uma mentalidade racista que está enraizada na sociedade. *Já ouviu expressões como “tinha que ser preto” ou “é tão preto que se apagar a luz não se vê nada”?* Essas frases não são me-

ras brincadeiras ou deslizos individuais, pois elas sustentam e reforçam a ideia de uma superioridade branca e perpetuam o racismo. Como podemos agir ao perceber essas falas em nosso cotidiano?

3.3. ENTENDIMENTO DE QUE AS IDENTIDADES RACIAIS SÃO APRENDIDAS

As identidades raciais não são naturais, mas construídas socialmente por meio das relações que estabelecemos com instituições sociais – como família, religião e escola –, grupos e classes desde a tenra infância. Durante o desenvolvimento de nossas trajetórias sociais, somos influenciados por estereótipos e preconceitos que moldam a percepção que temos de outras pessoas e de nós mesmos. Nesse sentido, o racismo estrutural tem o papel funcional para os agentes de socialização que nos ensinam, desde a primeira infância, a associar certas características ou comportamentos a determinados grupos raciais. Dessa forma, o questionamento a seguir é relevante para compreendermos como o racismo estrutural é incorporado pelos indivíduos em suas práticas sociais e posicionamentos sobre os grupos étnico-raciais que compõem a sociedade brasileira: *Quando você encontra uma pessoa negra, oriunda da periferia, com um estilo de vestir característico, qual é a primeira impressão que você tem?* Muitas vezes a pessoa é rapidamente rotulada como “favelada”. Esse tipo de associação é fruto de um aprendizado social, carregado de preconceitos, que precisa ser questionado e desconstruído.

3.4. APROPRIAÇÃO DE UMA GRAMÁTICA E DE UM VOCABULÁRIO RACIAL

A apropriação do vocabulário e das práticas relacionadas ao letramento racial exige um compromisso contínuo com a reflexão e a transformação sociorracial. Não se tra-

ta apenas de aprender novas palavras, mas de compreender conceitos e saberes que nos ajudam a construir uma sociedade mais consciente e justa. A mudança no vocabulário deve ser acompanhada por uma revisão de nossos próprios valores e atitudes. Assim, o seguinte questionamento é fundamental para enfatizar a importância do letramento racial: *Ao aprender sobre letramento racial, como você tem integrado esses novos conceitos em sua vida?* O vocabulário, portanto, transcende a um simples conjunto de palavras, pois é, concretamente, uma ferramenta que tem a função decisiva de contribuir com a transformação sociorracial. Precisamente, nos auxilia a compreender melhor as relações raciais e a construir uma nova narrativa para a sociedade, de conteúdo essencialmente antirracista.

3.5. CAPACIDADE DE INTERPRETAR CÓDIGOS E PRÁTICAS RACIALIZADAS

O último fundamento do letramento racial nos convida a desenvolver a capacidade de identificar, analisar e criticar as práticas e discursos que perpetuam a discriminação racial. Esse princípio exige uma postura ativa e reflexiva diante de situações que envolvem a opressão nas dimensões racial, social, cultural e de gênero. Dessa forma, temos o seguinte questionamento para a compreensão deste fundamento do letramento racial: *Como podemos agir quando reconhecemos que estamos diante de uma prática ou discurso racializado?* O letramento racial não é um ponto de chegada, mas um processo contínuo de aprendizado e transformação, em que não basta apenas saber, mas também agir de maneira consciente e crítica.

Em síntese, o letramento racial não é apenas um conceito teórico, mas uma prática diária que nos permite repensar nossas rela-

ções, atitudes e comportamentos. Ele é um processo contínuo, no qual a compreensão das estruturas raciais e a ação consciente nos possibilitam transformar não apenas a nós mesmos, mas também a sociedade em que vivemos. O letramento racial é um convite à ação! Ele exige que nos reconheçamos como sujeitos ativos em nossa comunidade, com direitos, culturas e identidades que merecem ser respeitados. Mais do que uma mudança no discurso, trata-se de uma modificação de atitudes e de práticas cotidianas no sentido da constituição de relações raciais mais justas e equitativas. Letrar racialmente é, portanto, um ato de resistência, transformação e empoderamento. É plantar sementes para que a negritude floresça livre, potente e com postura inegociável com relação aos seus valores, desafiando, assim, os silenciamentos históricos e criando novas formas de pertencimento e identidade.

4. DIÁLOGOS DE RAÍZ EM AÇÃO

Em sua primeira edição, o foco foi revisitar acontecimentos históricos que envolvem as existências afro. O quadro buscou promover o letramento racial, utilizando estratégias baseadas no conceito de Sankofa, símbolo que enfatiza a importância de lembrar a história afro-americana e afro-brasileira, aprendendo com os erros do passado para evitar repeti-los e adquirir conhecimento e sabedoria para o futuro brasileiro e indígena, visando proporcionar uma compreensão integrada desses saberes. Para esse processo de revisitação, o quadro *Diálogos de Raiz* se estruturou em sete etapas principais, essenciais para a compreensão dos temas abordados.

4.1. ESTRUTURAÇÃO TEMPORAL

Organiza de forma clara e coerente a linha do tempo dos assuntos relacionados ao letra-

mento racial, para que os vídeos sigam uma sequência lógica e transmitam conceitos e contextos históricos de maneira adequada.

4.2. MATERIAL DE APOIO

Os materiais que complementam os vídeos são cuidadosamente selecionados pelos organizadores do Núcleo, com o objetivo de fornecer informações consistentes e objetivas.

4.3. ELABORAÇÃO DE TEXTO AUTORAL

A partir dos materiais analisados, é criado um texto autoral pelo Núcleo, que sintetiza o conteúdo em uma linguagem acessível, garantindo que as informações sejam compreensíveis por diferentes públicos.

4.4. ENGAJAMENTO NAS REDES

Postagens provocativas, alinhadas ao tema do próximo vídeo, são publicadas no Instagram, trazendo questionamentos que, à primeira vista, refletem ideias enraizadas em preconceitos e racismo.

4.5. GRAVAÇÃO E EDIÇÃO

Os vídeos são gravados pelos integrantes do Núcleo e editados para garantir que o conteúdo seja transmitido de forma clara e atrativa, respeitando as demandas atuais de formatos tecnológicos.

4.6. POSTAGEM E REFLEXÃO

Após a revisão e correção dos vídeos, eles são publicados nas redes sociais. Em seguida, são debatidos com os seguidores, acompanhados de uma frase reflexiva que propõe soluções para as problemáticas discutidas, visando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

4.7. DISPONIBILIZAÇÃO DO MATERIAL DE APOIO

Por fim, de forma acessível, os links dos materiais utilizados como apoio para o estudo de cada tema são disponibilizados em um documento no *Google Docs*, acessível por meio do *Linktree* do Núcleo, localizado na bio do Instagram. Esses links são também lembrados a cada nova postagem de vídeo, facilitando o acesso contínuo ao conteúdo complementar.

4.8. FASE 1 - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

A proposta se estruturou a partir da seguinte organização:

- Provocação (Post);
- Vídeo de Explicação; e
- Reflexão (Post).

Cada um desses elementos possui um objetivo específico:

- Provocação: chamar a atenção do público por meio de frases comuns no cotidiano que carregam um viés racista ou preconceituoso, estimulando a interação e o diálogo nos comentários. As frases escolhidas se relacionam diretamente com a linha temporal definida para a edição específica, funcionando como ponto de partida para a discussão;
- Vídeo de Explicação: contextualiza a frase provocativa dentro do período histórico abordado, de forma simplificada e acessível. O vídeo não apenas informa, mas busca gerar compreensão e aproximar o público da reflexão proposta, conectando o passado com as questões atuais; e
- Post Reflexão: apresenta uma nova frase que dialoga com o conteúdo do vídeo, mas agora com um caráter mais reflexivo. A pro-

posta é instigar o público a repensar determinadas atitudes e comportamentos, incentivando uma análise crítica sobre as estruturas racistas naturalizadas no cotidiano.

Figura 1. Exemplo da estrutura dos posts



Fonte: elaborado pelos autores.

4.9. FASE 2 - DOS PROCESSOS QUE NORTEARAM A CRIAÇÃO DA ESTRUTURA

A formulação do quadro foi precedida por uma análise diagnóstica das postagens anteriores da página, na qual se verificou que o formato adotado priorizava publicações avulsas, sem uma construção temática articulada. Observou-se que essa abordagem fragmentada, somada ao agrupamento de múltiplos temas sem uma linha narrativa clara, resultava em baixa interação entre o público e a página do NEABI, dificultando o engajamento e a ampliação do alcance das publicações. Diante desse diagnóstico, optou-se por estruturar uma organização sequencial e interconectada entre as postagens, ainda que de forma sucinta, visando conferir maior coesão e continuidade ao conteúdo compartilhado. Essa proposta não apenas favorece a disposição estética e a organização do *feed*, como também instaura uma narrativa que estimula o acompanhamento dos posts, promovendo o aprofundamento gradual dos temas. A inter-relação entre as publicações — alinhadas por objetivos comuns, temporalidade e diálogo conceitual — é apresentada na estrutura descrita e exemplificada na Figura 1.

4.10. FASE 3 - DOS RESULTADOS

Com o objetivo de apresentar os resultados preliminares da proposta, tomam-se como referência os dados disponibilizados pela própria plataforma Instagram, relativos às publicações realizadas nos dias 19 de junho e 15 de julho de 2024. Esses dados permitem verificar o alcance, as interações e o engajamento obtidos, fornecendo indicadores quantitativos que contribuem para a avaliação inicial da eficácia da nova estrutura adotada. A análise desses resultados possibilita não apenas observar a repercussão das pos-

tagens, mas também identificar padrões de comportamento do público, como o aumento na frequência de interações, comentários e compartilhamentos. Esses elementos se configuram como parâmetros importantes para compreender a recepção da proposta e orientar futuras estratégias de aprimoramento da comunicação na página.

4.10.1 1º POSTAGEM

O vídeo inaugural do quadro *Diálogos de Raiz*, veiculado em 19 de junho de 2024, objetivou estabelecer uma interlocução com o público, composto tanto por seguidores habituais quanto por novos interessados, por meio das reflexões da autora Lia Vainer Schucman sobre o letramento racial. O conteúdo aborda a conceituação do letramento racial, evidenciando sua plasticidade e as variações contextuais em sua aplicação como objeto de pesquisa e prática social. Além disso, o vídeo apresenta o conceito de Letramento Racial Crítico, que serviu como fundamento para o início de um resgate histórico acerca da conformação do sistema eurocêntrico, racista e excludente na sociedade brasileira. Ao delimitar o conceito de letramento racial, o material fornece uma base teórica robusta que possibilita o desenvolvimento de análises críticas mais aprofundadas dos temas e eventos históricos que serão explorados nas produções subsequentes.

Figura 2. Alcance da 1ª postagem - 19 de junho de 2024



Fonte: dados fornecidos pela ferramenta "Insights", do Instagram.

Figura 3. Percentual de contas alcançadas



Fonte: elaborado pelo NEABI a partir dos dados de alcance disponibilizados pelo Instagram.

O aumento significativo no número de acessos à rede social do NEABI no Instagram, após a divulgação do primeiro vídeo do quadro, destaca a relevância de continuar com o projeto, introduzindo novos conceitos e discussões. Os textos “O Letramento Racial no Contexto da Pesquisa” e “Letramento racial: 5 fundamentos para desconstruir o pensar e agir racista” oferecem suporte teórico essencial, enriquecendo as reflexões promovidas.

A sinergia entre o quadro e o conteúdo dos textos contribui para engajar diferentes públicos, todos unidos pelo objetivo comum de fomentar uma sociedade mais justa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O racismo é, indubitavelmente, uma das mazelas mais significativas da sociedade brasileira, o que demanda das forças progressistas pre-

sentes nas universidades e institutos federais, como os NEABs e NEABIs, ações de extensão que tenham como fim precípua o combate à discriminação racial em todas as suas dimensões. Nesse sentido, o *Diálogos de Raiz*, mesmo com resultados preliminares, apresentou um aumento expressivo no alcance e no número de seguidores do perfil do Núcleo no Instagram, que possui importância vital, como outras redes sociais, na sociedade contemporânea. Seus novos seguidores, principalmente estudantes e professores, interagem ativamente e compartilham os conteúdos, cujo engajamento destaca a relevância do quadro como ação de extensão na luta antirracista.

A proposta de reformulação das postagens no Instagram através do *Diálogos de Raiz* representou um processo significativo, tanto na prática quanto na reflexão, para os autores deste relato, pois foi uma oportunidade de explorar novas formas de engajamento e construção de narrativas digitais. A análise dos resultados preliminares indicou que a mudança no formato das publicações teve um impacto positivo, gerando números expressivos de interações, validando, assim, a importância de pensar a comunicação de forma estratégica e conectada. Destarte, a experiência reforçou a ideia de que a comunicação, quando bem estruturada, pode ser uma boa ferramenta de

educação, estimulando o pensamento crítico e a reflexão sobre questões raciais e culturais de forma acessível e engajada.

Além disso, essa vivência representou um aprendizado sobre como as plataformas digitais podem servir como espaços para ações pedagógicas e políticas, alinhando teoria e prática. O processo de formulação do *Diálogos de Raiz* ressalta a importância de criar redes que promovam a valorização das histórias e identidades negras, ao mesmo tempo em que desafiam as narrativas dominantes, oferecendo novos espaços de diálogo e resistência. Nesse sentido, o letramento racial torna-se crucial para a desconstrução das ideias que valorizam de forma arbitrária a branquitude e marginalizam, por outro lado, os grupos não-brancos. Sua efetivação torna-se condição necessária para um combate efetivo a essa relação assimétrica e discriminatória que nos impede de construirmos uma sociedade que valorize, do ponto de vista de suas relações raciais, a identidade afro-brasileira e promova a justiça social e étnico-racial. O caminho segue sendo de experimentação, mas as lições adquiridas até o momento apontam para a construção contínua de uma comunicação que impulse a transformação social e o fortalecimento da identidade coletiva em um sentido antirracista.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. 1. ed. São Paulo: Jandaíra, 2021.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1984.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Preconceito**

de cor e racismo no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 9-43, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-77012004000100001>. Acesso em: 15 ago. 2025.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 1ªed, Rio de Janeiro: Graal, 1979.

IANNI, Octavio. O preconceito racial no Brasil (entrevista de Octavio Ianni). **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p.6-20, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000100002>. Acesso em: 15 ago. 2025.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 141-158, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69091999000300009>. Acesso em: 15 ago. 2025.

MOURA, Clovis. **Sociologia do negro brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1988.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra; 1978.

RAMOS, Alberto Guerreiro. O problema do negro na sociologia brasileira. **Cadernos do Nosso Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 189-220, jan./jun. 1954.

SCHUMAN, Lisa Valeria. **Entre o 'encardido', o 'branco' e o 'branquíssimo': raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. 2012. 302 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.47.2012.tde-21052012-154521>. Acesso em: 15 ago. 2025.

SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e a questão racial no Brasil: 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional**. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2023.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. 1. ed. São Paulo: LeYa, 2021.

TWINE, France Winddance; STEINBUGLER, Amy C. **The gap between whites and whiteness: interracial**

intimacy and racial literacy. Du Bois Review, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 341-363, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1742058X06060231>. Acesso em: 15 set. 2025.

VIANA, Oliveira. **Evolução do Povo Brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1938.

Recebido em: 10.03.2025

Revisado em: 04.08.2025

Aprovado em: 15.08.2025